



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



PROCESSO LICITATÓRIO 053/2022
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2022

Tipo da licitação: menor preço

Regime de execução: empreitada por preço global

O Município de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, torna público que fará realizar a licitação do objeto abaixo indicado, na modalidade Tomada de Preços pelo menor preço global, cuja direção e julgamento serão realizados por sua Comissão Permanente de Licitações, em conformidade com os preceitos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e as condições a seguir:

Data: 19/08/2022.

Horário: 09:00 (nove) horas

Local : Prefeitura Municipal - Rua Marechal castelo Branco nº 979

Sala da Administração.

Os proponentes devem entregar os envelopes com a documentação e propostas na Divisão de Protocolo da PREFEITURA, impreterivelmente até as 09:00 horas do dia mencionado para a abertura. Após este horário, os envelopes não serão recebidos pela Comissão.

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 - Contratação de empresa especializada para prestar serviços de execução na construção de 01(um) barracão de 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados) destinados a quadra coberta, localizado na rua Francisco Ângelo Nº 986 – Escola Municipal Regente Feijó, São José das Palmeiras Pr, conforme projeto, cronograma, memorial descrito e orçamento.

2 - DA PARTICIPAÇÃO

2.1 - Poderão participar desta licitação empresas que:

2.1.1 - desempenham atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

2.1.2 - atendam os requisitos de classificação das propostas exigidos neste Edital; e

2.1.3 - comprovem possuir os documentos de habilitação requeridos.

2.2 - É vedada a participação de:

2.2.1 - consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

2.2.2 - empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, federal, estadual ou municipal;

2.2.3 - empresas impedidas de licitar ou contratar com o Município de São José das Palmeiras.

2.2.4 - empresas com falência decretadas ou concordatárias; e

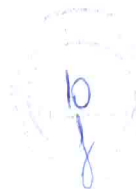
2.2.5 - empresas das quais participe, seja a que título for, servidor público municipal ou ocupante de cargo de confiança no Município de São José das Palmeiras.



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



3 - DA PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – Lei Complementar 123/06

Considerando a Lei Complementar 123/2006, a microempresa ou empresa de pequeno porte que participar da presente licitação deverá apresentar a declaração, conforme modelo do Anexo VI, disposto na alínea "b". Após abertura dos envelopes de propostas, em não sendo de microempresa ou empresa de pequeno a melhor proposta, e ocorrendo o empate, conforme previsto na alínea "c" abaixo, será solicitado para que a microempresa ou empresa de pequeno porte apresente, querendo, nova proposta, com valor inferior a melhor proposta, na própria sessão ou será concedido prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentação de nova proposta.

a) As microempresas e empresas de pequeno por ocasião da participação nesta licitação, deverão apresentar toda a documentação, mesmo que apresente alguma restrição quanto a regularidade fiscal, sob pena de inabilitação.

a.1) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentação de nova documentação já isenta das restrições apresentadas anteriormente, visando desta forma, a comprovação da regularidade, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame.

a.2) A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em lei, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

b) Deverá juntar, **no envelope de proposta ou em um terceiro envelope**, Declaração de enquadramento de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, conforme modelo de anexo VI.

c) Haverá empate quando as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte forem iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada. Para tanto, serão observados os critérios previstos no artigo 45 da Lei Complementar 123/06 para o desempate das mesmas, quais sejam:

I – a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior aquela vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II – não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do artigo 44 da Lei Complementar citada, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do artigo 44



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

11
8

da Lei Complementar citada, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

§ 1º Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput deste artigo, o objeto licitado

será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

§ 2º O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

4 . FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES " A" E "B"

Os envelopes **A** e **B**, contendo, respectivamente, a documentação referente à habilitação e proposta de preço, deverão ser entregues na data, horário e local indicados no preâmbulo deste edital, devidamente fechados e rubricados no fecho externo, constando da face de cada qual os seguintes dizeres:

4.1.1 – TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2022

ENVELOPE **A** - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PROPONENTE: _____

4.1.2 - TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2022

ENVELOPE **B** - PROPOSTA DE PREÇO

PROPONENTE: _____

5 . DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

5.1 - A **Habilitação Jurídica** será demonstrada pela apresentação dos seguintes documentos:

a) - Registro comercial, no caso de empresa individual;

b) - Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e todas as alterações, no caso de empresa Ltda., ou Estatuto, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou Ato Constitutivo.

Caso a última alteração do contrato social traga consolidação do contrato social, basta apresentação deste em substituição ao contrato social e todas as alterações.

5.2 – A **Comprovação de Regularidade Fiscal** será verificada com os seguintes documentos, que deverão ser apresentados por ocasião da licitação:

A **Regularidade Fiscal** será demonstrada pela apresentação dos seguintes documentos:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda **(CNPJ)**;

b) Comprovante de Inscrição Cadastral, do Estado da sede da licitante **(CICAD)** em vigência.



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

12
8

c) Prova de inscrição no cadastro municipal da Prefeitura do Município em que está a sede do licitante (**Alvará**);

d) Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal**, mediante apresentação de Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, expedido pela Secretaria da Receita Federal, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei.

e) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei.

f) Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei.

g) Prova de regularidade relativa à **Seguridade Social (INSS)** e ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, sendo que estas poderão estar atestadas pelos órgãos expedidores.

h) Anexo IV – Declaração de Idoneidade (anexo IV);

i) Anexo V – Declaração de que não emprega menores (anexo V);

j) Declaração de Enquadramento de Microempresa (ME); ou Empresa de Pequeno (anexo VII);

k) Ficha de Cadastro para assinatura de contrato (anexo IX).

l) Declaração que a empresa não possui em seu quadro societário (anexo XI).

5.2.1 - Para efeito de verificação da validade das certidões de regularidade fiscal, se outro prazo não constar da lei ou nos próprios documentos, serão considerados válidos os documentos emitidos no período de 90 (noventa) dias que antecedem a data da sessão do Pregão.

5.2.2 – As Certidões poderão ser apresentadas conforme Portaria MF nº 358 de 05 de setembro de 2014, alterada pela Portaria nº 443 de 17 de outubro de 2014.

5.3 – A comprovação da Qualificação Técnica exige os seguintes documentos:

a) Certidão de registro do proponente no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – **CREA** e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – **CAU** , dentro de seu prazo de validade.

b) Comprovação de um profissional com registro profissional no respectivo conselho, vinculado à empresa, que ficará responsável por acompanhar a execução da obra, assumindo a responsabilidade técnica da mesma.



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

13

c) Os Comprovantes de vínculos empregatícios referidos no item anterior poderão ser apresentados, em fotocópia, através de um dos seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho (contendo as seguintes folhas: número de registro, qualificação civil, Contrato de trabalho, última alteração de salário), ou
- Ficha de Registro de empregado(contendo as seguintes elementos: frente e verso, última alteração de salário), ou
- Contrato de Trabalho (se por prazo determinado, o mesmo deverá abranger o período da obra), registrado em órgão apropriado, ou
- Caso o profissional seja sócio proprietário da empresa, a comprovação se dará por meio do Contrato Social ou documento legal de constituição da mesma.

d) declaração de visita (*Modelo VI*), expedido pelo licitador. A proponente, quando da visita aos locais de execução dos serviços de pavimentação polidrica deve obter, por sua exclusiva responsabilidade, toda a informação necessária para o preparo de sua proposta **ou** declaração formal (*Modelo X*), assinada pelo responsável técnico e representante legal da proponente e , sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a contratante

e) Atestado (s) e/ou declaração (ões) de execução de, no mínimo 01 (uma) obra semelhante de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à solicitada. O (s) atestado (s) deverá (ão) ser comprovado (s) através de Certificado de Acervo Técnico Profissional-ATP, do responsável técnico emitido pelo CREA/CAU.

5.4 - Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidão negativa de **Falência ou Concordata** expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a **60 (sessenta) dias** da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar no documento;

b) A Empresa deverá apresentar a **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas**, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho;

c) Demonstrações Financeiras do ano de 2021 (**balanço patrimonial anual com demonstrações contábeis de resultados**), já exigível. O balanço patrimonial anual com as demonstrações contábeis, devidamente assinado por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade e o representante legal da empresa, deverá vir acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, devidamente registrados e assinados. O balanço das sociedades anônimas ou por ações deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial. O(s) mesmo(s) deverá(ão) ser assinado(s) por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade.



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

14

5.4.1 - Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, cópia autenticada ou cópia mediante apresentação dos originais à comissão.

6..PROPOSTA DE PREÇOS - ENVELOPE Nº 2

6.1.1. Deverá ser apresentado um envelope nº2, devidamente fechado e inviolado, contendo os documentos abaixo relacionados, em uma via original..

1) Proposta de Preços (*Anexo I*), datilografada ou impressa sem rasura e entrelinhas. Cada proponente deverá apresentar somente uma única carta-proposta de preços que deverá conter:

- a) razão social, CNPJ, endereço, telefone, "*fac-simile*", e-mail, etc;
- b) data;
- c) preço global do objeto em moeda brasileira corrente, grafado em algarismos e por extenso;
- c) prazo de validade da proposta (*mínimo de 60 dias*), contados a partir da data limite estabelecida para o recebimento das propostas (*envelopes nº1 e nº2*) pela Comissão de Licitação.
- f) nome do titular ou do representante legalmente constituído com respectiva assinatura;

2) **Planilha Orçamentária**, datilografada ou impressa sem rasura e entrelinhas, e deverá ser preenchida conforme Modelo, constando o nome, número do registro no CREA / CAU e assinatura do responsável técnico indicado e o nome e assinatura do responsável legal pela empresa.

3) **Cronograma Físico-Financeiro**, devidamente preenchido, com o respectivo equilíbrio físico-financeiro constando o nome, número do registro no CREA / CAU e assinatura do responsável técnico indicado e o nome e assinatura do responsável legal pela empresa.

OBS: Em casos excepcionais, previamente à expiração do prazo original de validade da proposta, o licitador poderá solicitar às proponentes uma prorrogação específica no prazo de validade. A solicitação e as respostas deverão ser formuladas por escrito. No caso da proponente recusar-se a estender o prazo de validade da proposta, sua proposta será rejeitada. Caso a proponente concorde com a dilação do prazo solicitado, não será permitido modificar a respectiva proposta, nem ser motivo para argüir futuramente qualquer alteração de preços.

7. PROCEDIMENTO

7.1 - Serão abertos os envelopes **A**, contendo a documentação relativa à habilitação dos proponentes e procedida a sua apreciação.

7.2 - Serão considerados inabilitados os proponentes que não apresentarem os documentos exigidos no item 5 deste Edital.



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

15
8

7.3 - Os envelopes **B**, contendo a proposta de preço, serão devolvidos fechados aos proponentes considerados inabilitados, desde que não tenha havido recurso ou após a sua denegação.

7.4 - Serão abertos os envelopes **B**, contendo a proposta de preço dos proponentes habilitados, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos.

7.5 - Será verificada a conformidade de cada proposta com os requisitos exigidos no no edital, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis.

7.6 - Julgamento e classificação das propostas de acordo com o estabelecido no item **07** deste edital.

8 - CRITÉRIO DE JULGAMENTO

8.1 - Dentre as propostas dos proponentes considerados habilitados, serão classificadas as propostas pela ordem crescente dos preços apresentados, considerando-se vencedor o proponente que apresentar o **Menor Preço Global**, respeitado o critério de aceitabilidade de preços.

8.2 - Havendo empate entre duas ou mais propostas a classificação se fará por sorteio, em ato público, para o qual todos os proponentes serão convocados, desde que preliminarmente observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 45 da Lei nº 8.666/93.

8.3 - Será desclassificada a proposta de preço que:

- a) ultrapassar o valor máximo fixado neste edital;
- b) deixar de cotar qualquer dos itens da obra;
- c) alterar quantidade constante na planilha orçamentária;
- d) cotar valor global manifestamente inexequível;
- e) não atender as exigências contidas no presente edital.

9 – PREÇO/ CONDIÇÕES DE PAGAMENTO/REAJUSTAMENTO E ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA

9.1 O valor global estimado para esta licitação é de: **R\$ 294.896,28 (duzentos e noventa e quatro mil, oitocentos e noventa e seis reais e vinte e oito centavos).**

9.2 - A empresa deverá efetuar matrícula junto ao INSS/CEI/CNO.

9.3. Os preços serão fixos e irrevogáveis e deverão ser expressos em reais, limitando-se a duas casas decimais após a vírgula.

9.3.) O (s) pagamento (s) será (ao) efetuado (s) com recursos da PROPRIOS, conforme Laudo de medição efetuado pelo responsável técnico do Município de São José das Palmeiras, devendo obedecer rigorosamente ao CRONOGRAMA estabelecido para execução dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal, com discriminação resumida dos serviços executados, número do contrato, número do convênio, destaque do valor e da alíquota do ISS, destaque do valor e da alíquota do INSS, e outros dados que julgar convenientes, não apresentar rasura e/ou entrelinhas e ser certificada pela fiscalização. O faturamento deverá ser protocolado, em 02 (duas) vias



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

16

(original e uma cópia), no protocolo geral na sede do CONTRATANTE e deverá ser apresentado, conforme segue, de modo a padronizar condições e forma de apresentação:

- a) **9.4 Cópia da guia de recolhimento da Previdência Social – GPS** do(s) mês(es) de execução por obra(s), devidamente quitada(s) e autenticada(s) em cartório, **de conformidade com o relatório do SEFIP/GFIP** com as folhas detalhadas e resumidas por obra, bem como **comprovante(s) de transmissão do(s) arquivo(s) para a Caixa Econômica Federal, e cópia(s) da(s) guia(s) de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS** do(s) último(s) recolhimento(s) devido(s), devidamente quitada(s) e autenticada(s) em cartório, de conformidade com o demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS, exclusivo para a(s) obra(s); A liberação da última parcela fica condicionada a apresentação da **Certidão Negativa de débitos**, expedida pela Receita Federal, referente ao objeto contratado concluído.

9.5 Emissão de ART DE EXECUÇÃO e matrícula junto ao INSS/CEI/CNO

9.6. É vedado o reajuste de preços durante o prazo de validade do Contrato, exceto em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

10. DAS SANÇÕES PARA O INADIMPLEMENTO

10.1. Em caso de inadimplemento, a contratada estará sujeita as seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência, por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;

10.1.2. Suspensão do direito de participar de licitações realizadas por este Município, pelo prazo de até 2 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta;

10.1.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com este Município nos casos de falta grave, com comunicação aos respectivos registros cadastrais.

10.1.4. Rescisão do contrato, pelos motivos previstos no artigo 78 da Lei 8.666/93, conforme o caso;

10.1.5. O Município reserva-se ainda, o direito de rescindir o Contrato através de simples comunicação ao Contratado caso haja interrupção, sem motivo justificado.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A dotação orçamentária para o custeio do contrato objeto do presente edital é a seguinte:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2022	871	05.001.12.361.0004.1025	104	4.4.90.51.00.00	Do Exercício



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

17
J

12. DA HOMOLOGAÇÃO E DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Encerrada a fase de julgamento e uma vez homologada, pelo Prefeito Municipal, a adjudicação correspondente, convocar-se-á a adjudicatária para assinatura do instrumento contratual, dentro do prazo de 5 (cinco) dias indicado no item 2.1. deste Edital.

12.2. O prazo de execução da obra será de 90 (noventa) dias, após a emissão da ordem de serviços, sendo que a vigência do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias, após a assinatura do contrato.

12.3. O não comparecimento da adjudicatária no prazo concedido para assinatura do contrato, implicará perda do seu direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei 8.666/93.

12.4. Fica assegurado ao Município o direito de, a qualquer tempo, antes da contratação, revogar a presente licitação, por interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, suficiente para justificar o ato, sem que assista as licitantes direito a indenização.

12.5. As questões não previstas neste Edital serão resolvidas pela Comissão com base nas normas jurídicas e administrativas que forem aplicáveis e nos princípios gerais de Direito.

12.6. O resultado do julgamento da licitação será afixado no Quadro de Avisos, localizado no endereço mencionado no preâmbulo deste Edital, pelo prazo de 5 (cinco) dias úteis, independentemente da sua publicação em órgão da imprensa oficial.

12.7. Informações complementares sobre o presente Edital poderão ser obtidas através do telefone nº (45)3259-1150, no horário comercial de 08:00 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas. Se referentes a condições específicas para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, deverão ser solicitadas a Comissão, por escrito, no endereço indicado para recebimento das propostas, no máximo em até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a entrega das propostas.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

13.1. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas pelo contratante, responsabilizando-se integralmente pelos serviços contratados.

13.2. Executar os serviços objeto do contrato, em perfeita harmonia e em concordância com as Normas Técnicas, além de possuir corpo técnico qualificado.

13.3. Responder pelos danos causados diretamente à Administração Municipal ou à terceiros, durante a execução dos serviços.

13.4. Comunicar ao contratante, por escrito e no prazo de 10 dias úteis, quaisquer alterações havidas no contrato social, durante o prazo de vigência do mesmo, bem como, apresentar os documentos comprobatórios da nova situação, sob pena de rescisão contratual.

13.5. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados.

13.6. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas também durante o processo licitatório.

13.7. Comunicar o contratante, quando verificar condições inadequadas de execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução.



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

18
f

13.8. Acatar a fiscalização do contratante.

13.9. Ser responsável por quaisquer danos decorrentes de negligência ou inadequação dos serviços.

13.10. Observar se os serviços executados atendem às seguintes normas e práticas complementares: códigos, leis, decretos, portarias e normas federais, estaduais e municipais; instruções e resoluções dos órgãos do sistema CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia); as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e outras normas aplicáveis direta e indiretamente ao objeto do contrato.

13.11. Deverá a empresa interessada possuir os equipamentos necessários para tal serviço, ficando assim responsável pelo bom desempenho do mesmo.

13.12. Correrão por conta da empresa Contratada as despesas com ensaios exigidos para o controle tecnológico da obra, a ser efetuado por empresa especializada e fiscalizada pelo Município; bem como o refazimento dos serviços efetuados em desacordo com as condições fixadas na licitação e no contrato.

13.13. Executar os serviços contratados segundo as especificações técnicas e os usos e costumes, utilizando, para tanto, mão-de-obra qualificada para a execução dos serviços contratados.

13.14. Responder, única e exclusivamente, pela administração do seu pessoal utilizado na prestação dos serviços.

13.15. Responsabilizar-se e obrigar-se, única e exclusivamente, por todos os pagamentos de salários e de demais direitos devidos aos seus empregados; quer sejam os legais; quer sejam os convencionais, correndo ainda, por sua conta exclusiva, todos os encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, obrigações sociais.

13.16. Fornecer estadia, transporte e alimentação a seus empregados.

13.17 – Responsabilizar pela qualidade da (s) obra (s), materiais e serviços executados/fornecidos, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado.

13.17.1 – Fazer a identificação do empreendimento com placa segundo modelo fornecido pela Município, durante o período de duração da obra, devendo ser afixado no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da autorização para início dos trabalhos.

13.17.2 – Permitir o livre acesso dos Servidores dos órgãos ou entidades públicas contratantes, bem como dos órgão de controle interno e externo, a seus documentos e registros contábeis.

14 GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1 A proponente vencedora, deverá apresentar no prazo de 15 (quinze) dias da assinatura do termo de Contrato de Empreitada, a formalização da garantia de execução, que servirá de garantia à fiel observância das obrigações contratuais.

14.2 O valor da garantia de execução será obtido pela aplicação de 5% (*cinco por cento*) sobre o valor contratual.



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

19
8

15- DOS ANEXOS AO EDITAL

Constituem-se anexos do presente edital:

Anexo I – Proposta de Preço;

Anexo II – Carta de Credenciamento;

Anexo III – Termo de Renúncia;

Anexo IV – Declaração de Idoneidade;

Anexo V – Declaração de que não emprega menores;

Anexo VI – Declaração de Visita.

Anexo VII - Declaração de Enquadramento de Microempresa (ME); ou Empresa de Pequeno Porte (EPP).

Anexo VIII – Minuta de contrato.

Anexo IX– Ficha de Cadastro para assinatura de contrato.

Anexo X - Declaração Formal de Dispensa de Visita

Anexo XI – Declaração de que não Emprega Menores

16. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

16.1. Os recursos contra o julgamento da habilitação ou das propostas terão efeito suspensivo e deverão ser interpostos no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação da decisão pela imprensa oficial ou, se presentes os prepostos das licitantes na sessão em que forem divulgados, na data da ata correspondente.

16.1.1. Aplica-se o disposto neste item aos recursos interpostos contra a anulação ou revogação.

16.2. Os recursos deverão ser dirigidos a autoridade superior, por intermédio da Comissão de Licitação, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, fazê-los subir, devidamente informados, para decisão final, a ser proferida em 5 (cinco) dias úteis do seu recebimento.

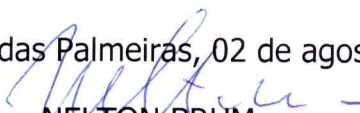
16.3. Uma vez interposto, o recurso será comunicado as demais licitantes que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

16.4. Os autos do processo da licitação estarão com vista franqueada aos interessados a partir da divulgação das decisões recorríveis, na repartição incumbida do procedimento, podendo a parte solicitar cópia xerográfica mediante requerimento e prévio recolhimento da taxa de R\$ 0,20 (vinte centavos) por cópia.

16.4.1. As cópias também poderão ser enviadas via e-mail, através de arquivo PDF, desde que haja o prévio recolhimento da mesma taxa estipulada no item anterior.

16.5. Da eventual impugnação, será a licitante impugnada intimada para apresentar defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis sob pena de preclusão, cuja intimação se dará através de Fax-Símile e/ou e-mail indicado na Ficha de Cadastro para assinatura de contrato, sendo de sua responsabilidade garantir o funcionamento dos equipamentos para o recebimento das intimações.

São José das Palmeiras, 02 de agosto de 2022.


NELTON BRUM
Prefeito Municipal



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

20
f

ANEXO I

PROPOSTA DE PREÇOS

Local, ____ de ____ de 2022.

À Comissão de Licitação

Ref.: Edital de Tomada de Preços nº 05/2022

Prezados Senhores,

Apresentamos e submetemos à apreciação de V. S^{as} nossa proposta de preços, relativa à ____, da licitação em epígrafe.

O preço global proposto para execução da obra objeto da licitação supramencionada é de R\$ **(inserir o valor da proposta) (inserir o valor por extenso)**.

O prazo de execução do objeto é de **(inserir o prazo de execução) (inserir o prazo de execução por extenso)** dias contados a partir da data de assinatura da Ordem de Serviços.

O prazo de validade da proposta de preços é de **(inserir o prazo de validade) (inserir o prazo de validade por extenso)** dias a partir da data limite estabelecida para o recebimento das propostas (*envelopes nº 1 e nº 2*) pela Comissão de Licitação.

Atenciosamente,

(assinatura do representante legal da proponente)



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

21
f

ANEXO II
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2022

À Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras

CARTA DE CREDENCIAMENTO

Pela presente, credenciamos o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, a participar do procedimento licitatório, sob a modalidade Tomada de Preços nº 05/2022, instaurado por esta Prefeitura,

Na qualidade de representante legal da entidade _____, outorga-se ao acima credenciado, dentre outros poderes, o de renunciar ao direito de interposição de Recurso.

Local, em ____ de _____ de 2022

(assinatura do representante legal da proponente – com firma reconhecida)



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

22
f

ANEXO III
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2022

À Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras

TERMO DE RENUNCIA

O proponente abaixo assinado, participante da licitação modalidade Tomada de Preços nº 05/2022, por seu representante credenciado, declara, na forma e sob as penas impostas pela Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, obrigando a entidade que representa, que não pretende recorrer da decisão da Comissão de Licitação, que julgou os documentos de habilitação preliminar, renunciando, assim, expressamente ao direito de recurso e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório, passando-se à abertura dos envelopes de proposta de preços dos proponentes habilitados.

Local _____, em ____ de _____ de 2022.

(assinatura do representante legal da proponente)



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

23
f

ANEXO IV
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2022

À Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras

DECLARAÇÃO IDONEIDADE

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Tomada de Preços nº 05/2022, instaurado por esta Prefeitura, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Local, em ____ de _____ de 2022.

(assinatura do representante legal da proponente)



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

24
8

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENORES

A Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras – PR

Tomada de Preço nº 05/2022.

A Licitante XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, sediada XXXXXXXXXXXXXXXX, cidade de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, Estado do XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX, por seu representante legal, e para fins da Tomada de Preço nº 05/2022, DECLARA expressamente, para os fins e sob as penas da lei, que não possui em seu quadro, profissionais menores de 18 (dezoito) anos desempenhando trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres ou menores de 16 (dezesesseis) anos, desempenhando quaisquer trabalhos, salvo se contratados sob condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1998 (Lei nº 9.854/99).

Por ser verdade, firma (mos) a presente declaração.

Local, em ____ de _____ de 2022.

(assinatura do representante legal da proponente)



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

25
f

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE VISITA

Ref.: Edital de Tomada de Preços nº 05/2022

Declaramos que o Sr. (inserir o nome completo), da proponente (inserir o nome da proponente), devidamente credenciado, visitou o local onde será entregue/instalada a proteção em ferro, objeto da Tomada de Preços em epígrafe.

Local, ____ de ____ de 2022.

(nome, RG nº e assinatura do responsável pelo licitador)



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

26
f

ANEXO VII

Declaração de Enquadramento de Microempresa (ME); ou Empresa de Pequeno Porte (EPP).

Ilmo Sr. (a) Presidente da Comissão Permanente de Licitação, do Município de São José das Palmeiras – PR.

Edital de Tomada de Preços nº 05/2022

Declaro sob as penas da lei, para os devidos fins e a quem interessar possa que a empresa,.....Estabelecida na
Bairro....., na cidade de....., nos termos da Lei complementar nº. 123, de 14 de Dezembro de 2006 e Decreto nº 6.204, de 05 de Setembro de 2007, se enquadra na condição de:

- () Microempresa (ME);
- () Empresa de Pequeno Porte (EPP);
- () Outras.

Cidade/data

Nome e Assinatura do Contador da Empresa
CRC:



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

27
f

ANEXO Nº VIII
Minuta do Contrato
Tomada de Preços nº 05/2022"

Que entre si celebram o Município de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecido na Rua Marechal Castelo Branco, nº 979, inscrito no CGC sob o nº 77.819.605/0001-33, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal, *NELTON BRUM, brasileiro, divorciado, empresário, portador do CPF nº _____ e da Carteira de Identidade RG nº _____ PR;* e de outro lado (qualificar), ajustam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - Contratação de empresa especializada para prestar serviços de execução na construção de 01(um) barracão de 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados) destinados a quadra coberta, localizado na rua Francisco Ângelo Nº 986 – Escola Municipal Regente Feijó, São José das Palmeiras Pr, conforme projeto, cronograma, memorial descrito e orçamento..

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR - O preço global para a entrega/execução do objeto deste Contrato, é de R\$ _____, daqui por diante denominado "VALOR CONTRATUAL".

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO - A CONTRATADA obriga-se a entregar ao CONTRATANTE o objeto deste Contrato inteiramente concluído, em condições de aceitação e de utilização, em até 90 (noventa e vinte) dias contados a partir da emissão da ordem de serviços.

Parágrafo Primeiro - Somente será admitida alteração do prazo quando:

- a) houver alteração de especificações técnicas pelo CONTRATANTE;
- b) houver alteração de quantidades, obedecidos os limites fixados neste Contrato, por atos do CONTRATANTE;
- c) houver atraso no fornecimento de dados informativos, materiais e qualquer subsídio concernente ao objeto contratado, que estejam sob responsabilidade expressa do CONTRATANTE;
- d) por atos do CONTRATANTE que interfiram no prazo de execução;
- e) atos de terceiros que interfiram no prazo de execução ou outros devidamente justificados e aceitos pelo CONTRATANTE;
- e) por motivos de força maior ou caso fortuito, entre outros, desde que tenham influência direta sobre o fornecimento do objeto contratado;
- f) outros casos previsto em lei.

Parágrafo Segundo - Enquanto perdurarem os motivos de força maior ou suspensão do Contrato cessam os deveres e responsabilidades de ambas as partes em relação ao Contrato. Os atrasos provenientes de greves ocorridas na CONTRATADA ou atrasos por



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

28

parte de suas eventuais subcontratadas não poderão ser alegados como decorrentes de força maior.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE - O CONTRATANTE se obriga a:

- a) fornecer todos os documentos e informações necessárias para a total e completa execução do objeto do presente Contrato;
- b) efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma estabelecida neste Contrato;
- c) garantir à CONTRATADA acesso à documentação técnica necessária para a execução do objeto do presente Contrato e
- d) garantir à CONTRATADA acesso às suas instalações.

CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA DE PAGAMENTO - O (s) pagamento (s) será (ao) efetuado (s) com recursos da **PRÓPRIOS**, conforme Laudo de medição efetuado pelo responsável técnico do Município de São José das Palmeiras, devendo obedecer rigorosamente ao **CRONOGRAMA** estabelecido para execução dos serviços, no prazo de **30 (trinta) dias**, mediante apresentação da nota fiscal, com discriminação resumida dos serviços executados, número do contrato, número do convênio, destaque do valor e da alíquota do **ISS**, destaque do valor e da alíquota do **INSS**, e outros dados que julgar convenientes, não apresentar rasura e/ou entrelinhas e ser certificada pela fiscalização. O faturamento deverá ser protocolado, em 02 (*duas*) vias (*original e uma cópia*), no protocolo geral na sede do CONTRATANTE e deverá ser apresentado, conforme segue, de modo a padronizar condições e forma de apresentação:

- b) nota fiscal/fatura, com discriminação dos materiais/serviços executados, número da licitação, número do contrato, destaque de impostos incidentes e outros dados que julgar convenientes, não apresentar rasura e/ou entrelinhas.
- c) Emissão da ART de execução.
- d) **Cópia da guia de recolhimento da Previdência Social – GPS** do(s) mês(es) de execução por obra(s), devidamente quitada(s) e autenticada(s) em cartório, **de conformidade com o relatório do SEFIP/GFIP** com as folhas detalhadas e resumidas por obra, bem como **comprovante(s) de transmissão do(s) arquivo(s) para a Caixa Econômica Federal, e cópia(s) da(s) guia(s) de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS** do(s) último(s) recolhimento(s) devido(s), devidamente quitada(s) e autenticada(s) em cartório, de conformidade com o demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS, exclusivo para a(s) obra(s).
- e) Emissão de ART DE EXECUÇÃO e matrícula junto ao INSS/CEI/CNO.
- f) A liberação da última parcela fica condicionada a apresentação da **Certidão Negativa de débitos**, expedida pela Receita Federal, referente ao objeto contratado concluído.



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

29
8

Parágrafo Primeiro - O faturamento deverá ser efetuado em nome da empresa _____ – CNPJ nº _____.

Parágrafo Segundo - Não haverá reajuste de preços durante a vigência do presente contrato.

Parágrafo Terceiro – O valor da garantia de execução, será de 5% (cinco por cento) sobre o valor Contratual.

CLÁUSULA SEXTA - DOS MATERIAIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS -

Os materiais, veículos, máquinas e equipamentos a serem empregados nos serviços decorrentes deste Contrato serão fornecidos pela CONTRATADA e serão de primeira qualidade, cabendo ao CONTRATANTE, por intermédio da fiscalização, impedir o emprego daqueles que julgar impróprios.

Parágrafo Primeiro - Sempre que dos documentos de licitação não constarem características determinadas em referência à mão-de-obra, materiais, artigos e equipamentos, entender-se-á que os mesmos devem ser novos, da melhor qualidade em suas respectivas espécies, de acordo com a finalidade a que se destinam. No caso em que materiais, artigos e equipamentos são mencionados nas especificações técnicas e/ou memoriais como “similar” a qualquer padrão especial, o CONTRATANTE decidirá sobre a questão da similaridade.

CLÁUSULA SETIMA - DA SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO - A CONTRATADA não será eximida de qualquer responsabilidade quanto à segurança individual e coletiva de seus trabalhadores, deverá fornecer a todos os trabalhadores o tipo adequado de equipamento de proteção individual – EPI, deverá treinar e tornar obrigatório o uso dos EPIs.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA -

A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes da entrega/execução dos materiais/serviços ora contratados, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições parciais ou totais, isentando o CONTRATANTE de todas as reclamações que possam surgir com relação ao presente Contrato.

São ainda obrigações da CONTRATADA:

- 1) Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas pelo contratante, responsabilizando-se integralmente pelos serviços contratados.
- 2) Executar os serviços objeto do contrato, em perfeita harmonia e em concordância com as Normas Técnicas, além de possuir corpo técnico qualificado.
- 3) Responder pelos danos causados diretamente à Administração Municipal ou à terceiros, durante a execução dos serviços.
- 4) Comunicar ao contratante, por escrito e no prazo de 10 dias úteis, quaisquer alterações havidas no contrato social, durante o prazo de vigência do mesmo, bem como, apresentar os documentos comprobatórios da nova situação, sob pena de rescisão contratual.
- 5) Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados.



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

30
8

- 6) Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas também durante o processo licitatório.
- 7) Comunicar o contratante, quando verificar condições inadequadas de execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução.
- 8) Acatar a fiscalização do contratante.
- 9) Ser responsável por quaisquer danos decorrentes de negligência ou inadequação dos serviços.
- 10) Observar se os serviços executados atendem às seguintes normas e práticas complementares: códigos, leis, decretos, portarias e normas federais, estaduais e municipais; instruções e resoluções dos órgãos do sistema CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia); as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e outras normas aplicáveis direta e indiretamente ao objeto do contrato.
- 11) Deverá a empresa interessada possuir os equipamentos necessários para tal serviço, ficando assim responsável pelo bom desempenho do mesmo.
- 12) Correrão por conta da empresa Contratada as despesas com ensaios exigidos para o controle tecnológico da obra, a ser efetuado por empresa especializada e fiscalizada pelo Município; bem como o refazimento dos serviços efetuados em desacordo com as condições fixadas na licitação e no contrato.
- 13) Executar os serviços contratados segundo as especificações técnicas e os usos e costumes, utilizando, para tanto, mão-de-obra qualificada para a execução dos serviços contratados.
- 14) Responder, única e exclusivamente, pela administração do seu pessoal utilizado na prestação dos serviços.
- 15) Responsabilizar-se e obrigar-se, única e exclusivamente, por todos os pagamentos de salários e de demais direitos devidos aos seus empregados; quer sejam os legais; quer sejam os convencionais, correndo ainda, por sua conta exclusiva, todos os encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, obrigações sociais.
- 16) Fornecer estadia, transporte e alimentação a seus empregados.
- 17) – Responsabilizar pela qualidade da (s) obra (s), materiais e serviços executados/fornecidos, inclusive a promoção de readequações, sempre que dectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado.
- 18) – Fazer a identificação do empreendimento com placa segundo modelo fornecido pela Município, durante o período de duração da obra, devendo ser afixado no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da autorização para início dos trabalhos.
- 19) – Permitir o livre acesso dos Servidores dos órgãos ou entidades públicas contratantes, bem como dos órgão de controle interno e externo, a seus documentos e registros contábeis.

CLÁUSULA NONA - DA CESSÃO DO CONTRATO E SUBCONTRATAÇÃO - A CONTRATADA não poderá ceder o presente Contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do CONTRATANTE.

Parágrafo Primeiro - Se a CONTRATADA ceder o presente Contrato, no todo ou em parte, a uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas sem autorização prévia, por escrito do CONTRATANTE, deverá obrigatoriamente reassumir a execução da obra no prazo máximo



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

31

8

de 15 (quinze) dias, da data da notificação ou aplicação da multa, sem prejuízo de outras sanções contratuais;

Parágrafo Segundo - Se eventualmente for concedida a subcontratação no todo ou em parte pelo CONTRATANTE, não reduz nem elimina as responsabilidades e obrigações da CONTRATADA em decorrência deste Contrato, nem importará em estabelecer qualquer vínculo entre o CONTRATANTE e o subcontratado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES - À CONTRATADA serão aplicadas penalidades pelo CONTRATANTE a serem apuradas na forma a saber:

- a) multa de 0,1% (*um décimo por cento*) do valor contratual por dia consecutivo que exceder à data prevista para conclusão da obra;
- b) multa de 0,1% (*um décimo por cento*) do valor contratual por dia de atraso na colocação de placas, conforme modelos fornecidos pelo CONTRATANTE, contado a partir do 10º dia da data da assinatura do contrato;
- c) multa de 1% (*um por cento*) do valor contratual quando, por ação, omissão ou negligência, a CONTRATADA infringir qualquer das demais obrigações contratuais;
- d) multa de 10% (*dez por cento*) do valor contratual quando a CONTRATADA ceder o Contrato, no todo ou em parte, a pessoa física ou jurídica, sem autorização do CONTRATANTE, devendo reassumir a execução da obra no prazo máximo de 15 (quinze) dias, da data da aplicação da multa, sem prejuízo de outras sanções contratuais;
- e) multa de 20% (*vinte por cento*) do valor contratual quando ocorrer rescisão do Contrato conforme o estabelecido na Cláusula Décima Nona, Parágrafo Primeiro;
- f) suspensão do direito de participar em licitações/contratos advindos de recursos do CONTRATANTE, ou de qualquer órgão da administração direta ou indireta, pelo prazo de até 2 (*dois*) anos quando, por culpa da CONTRATADA, ocorrer a rescisão contratual ou declaração de inidoneidade, por prazo a ser estabelecido pelo CONTRATANTE em conformidade com a gravidade da infração cometida pela CONTRATADA;

Parágrafo Primeiro - A multa será cobrada pelo CONTRATANTE de acordo com o estabelecido pela legislação pertinente. Caso a CONTRATADA não venha a recolher a multa devida dentro do prazo determinado, a mesma será descontada do valor das parcelas de pagamento vincendas ou será descontada do valor da garantia de execução e adicional se houver.

Parágrafo Segundo - As penalidades previstas no *caput*, poderão cumular-se e o montante das multas não poderá exceder a 30% (trinta por cento) do valor contratual e, também, não excluem a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES - Quando forem verificadas situações, que ensejem a aplicação das penalidades/multas, previstas na cláusula anterior, o CONTRATANTE dará início ao procedimento administrativo cabível, para apuração dos fatos e respectivas sanções se necessárias, mediante prévia notificação ao contratado dos atos a serem realizados.



Parágrafo Primeiro - Compete ao Sr. Nilton Brum, quando for o caso, a aplicação ou a dispensa de penalidades/multas.

Parágrafo Segundo - É facultado à CONTRATADA recorrer, conforme estabelece a legislação vigente, quando não concordar com as penalidades aplicadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO - O CONTRATANTE se reserva o direito de rescindir o Contrato independentemente de interpelação judicial, sem que à CONTRATADA caiba o direito de indenização de qualquer espécie, nos seguintes casos:

- a) quando a CONTRATADA falir, for dissolvida ou por superveniente incapacidade técnica;
- b) quando a CONTRATADA transferir, no todo ou em parte, o Contrato a quaisquer empresas ou consórcios de empresas sem a prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;
- c) quando houver atraso dos serviços pelo prazo de 30 (*trinta*) dias por parte da CONTRATADA sem justificativa aceita pelo CONTRATANTE;
- d) quando houver inadimplência de Cláusulas ou condições contratuais por parte da CONTRATADA e desobediência da determinação da fiscalização, e
- e) demais hipóteses mencionadas no Art. 78 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Parágrafo Primeiro - Decorrido atraso na execução do objeto, por período igual ou superior a 1/3 (um terço) do prazo de entrega/execução sem manifestação da CONTRATADA, estará caracterizada a inadimplência da mesma ficando assegurado ao CONTRATANTE tomar as medidas cabíveis para a Rescisão Contratual e a aplicação da multa.

Parágrafo Segundo - A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer dos itens acima relacionados, implicará a apuração de perdas e danos, a perda da garantia de execução sem embargos da aplicação das demais penalidades legais cabíveis.

Parágrafo Terceiro - Declarada a rescisão do Contrato, a CONTRATADA se obriga a entregar o objeto deste Contrato inteiramente desembaraçado, não criando dificuldades de qualquer natureza.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS - Os casos omissos serão dirimidos de comum acordo entre as partes, com base na legislação em vigor e aplicáveis a espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES - Serão incorporados a este Contrato, mediante TERMOS ADITIVOS, quaisquer alterações nos projetos, nas especificações técnicas, nos memoriais, nas quantidades, no prazo de execução ou nos valores, decorrentes das obrigações assumidas pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VIGÊNCIA - O prazo de vigência do presente Contrato é de (_____) dias, contados da data da assinatura do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO ACOMPANHAMENTO DA ENTREGA E AVALIAÇÃO DOS PRODUTOS/ SERVIÇOS - O acompanhamento da prestação dos serviços ficará a



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

33

cargo do servidor, **Engenheiro Paulo Berticelli**, e a secretaria **de Obras, Urbanismo e Transportes**.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DO CONHECIMENTO DAS PARTES - Ao firmar este instrumento, declara a CONTRATADA ter plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos a ele vinculados.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - Havendo discrepância entre os valores indicados numericamente e por extenso, fica desde já acordado entre as partes contratantes que, sempre prevalecerão aqueles mencionados por extenso.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO - As partes elegem o foro da Comarca de Santa Helena, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justos e contratados assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.


Contratante

Contratado

Testemunhas:



SOLICITAÇÃO

DA: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
PARA: PREFEITO MUNICIPAL

1 - OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestar serviços de execução na construção de 01(um) barracão de 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados) destinados a quadra coberta, localizado na rua Francisco Ângelo N° 986 – Escola Municipal Regente Feijó, São José das Palmeiras Pr.

2 - JUSTIFICATIVA

A educação física praticada pelos alunos é de muita importância para um desenvolvimento mais saudável, tanto físico como psíquico das pessoas. A falta da prática de esportes, segundo os especialistas, aumenta o risco de doenças, provocada pelo sedentarismo.

A construção da quadra coberta se faz necessária devido à necessidade de se ofertar uma estrutura física mais confortável e adequada, considerando que a construção do conhecimento vai muito além do aprendizado em sala de aula. O espaço físico da escola deve ser considerado como parte da proposta pedagógica e do processo de aprendizagem dos alunos, organizado com o objetivo de oferecer um lugar acolhedor e prazeroso para o aluno em todas as fases, desde os primeiros anos da Educação Infantil

Neste sentido o Poder Executivo do Município de São José das Palmeiras vem buscando melhorar ainda mais a gestão da educação municipal no que tange a Secretaria Municipal de Educação, com a implantação de projetos de suma importância para Rede Pública Municipal de Ensino.

3 – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O Critério de julgamento será o menor preço por lote.

4 - DAS ESPECIFICAÇÕES

QUANT .	UNID.	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DOS PRODUTOS	VLR DEFINIDO
01	SERV	Contratação de empresa especializada para prestar serviços de execução na construção de 01(um) barracão de 360,00 m ² (trezentos e sessenta metros	R\$ 294.896,28



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



		quadrados) destinados a quadra coberta, localizado na rua Francisco Ângelo N° 986 – Escola Municipal Regente Feijó, São José das Palmeiras Pr	
--	--	---	--

5 - FORNECIMENTO E PRAZO DE ENTREGA

O prazo de execução dos serviços é de 90 (noventa) dias e a vigência do contrato é de 180 (cento e oitenta) dias.

6 – DO ACOMPANHAMENTO DA ENTREGA E AVALIAÇÃO DOS PRODUTOS/ SERVIÇOS

O acompanhamento da prestação dos serviços ficará a cargo doservidor, **Engenheiro Paulo Berticelli**, e a secretaria de **Obras, Urbanismo e Transportes**.

7 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Permitir o acesso de funcionários dos fornecedores às suas dependências, para a entrega das Notas Fiscais/Faturas;

Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao fornecimento que venham a ser solicitados pelos empregados dos fornecedores;

Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto deste Termo;

Efetuar o pagamento devido pela prestação dos serviços, desde que cumpridas todas as exigências deste Edital e de seus Anexos e do Contrato;

Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.

Solicitar a(s) mercadoria(s) e/ou serviço (s);

Verificação das quantidades da(s) mercadorias(s) entregues e/ou serviços prestados;

8 – DO PAGAMENTO

O (s) pagamento (s) será (ao) efetuado (s) com recursos MUNICIPAIS, conforme Laudo de medição efetuado pelo responsável técnico do Município de São José das Palmeiras, devendo obedecer rigorosamente ao CRONOGRAMA estabelecido para execução dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal, com discriminação resumida dos serviços executados, número do contrato, número do convênio, destaque do valor e da alíquota do ISS, destaque do valor e da alíquota do INSS, e outros dados que julgar convenientes, não apresentar rasura e/ou entrelinhas e ser certificada pela fiscalização. Cópia da guia de recolhimento da Previdência Social – GPS do(s) mês(es) de execução por obra(s), devidamente quitada(s) e autenticada(s) em cartório, de conformidade com o relatório do SEFIP/GFIP com as folhas detalhadas e resumidas por obra, bem como comprovante(s) de transmissão do(s) arquivo(s) para a Caixa Econômica Federal, e cópia(s) da(s) guia(s) de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS do(s) último(s) recolhimento(s) devido(s), devidamente quitada(s) e autenticada(s) em cartório, de



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



conformidade com o demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS, exclusivo para a(s) obra(s).
Emissão de ART DE EXECUÇÃO e matrícula junto ao INSS/CEI/CNO.

9 -DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes da presente aquisição correrão por conta da(s) dotação (ões) orçamentária(s):

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2022	871	05.001.12.361.0004.1025	104	4.4.90.51.00.00	Do Exercício

10 – DOS PREÇOS/ ORÇAMENTOS

Pelo presente declaro que os orçamentos das empresas: Cezarotto & Comin Ltda ME, Artefatos de Cimento Trilage Ltda, Bemforte Pre-Fabricados Eireli, Rainha Pré Moldados, foram por mim recebidos e rubricados, passando integrar o presente Termo de Referência .

Os valores foram fixados pela Administração com base na tabela SINAP, onde somente a estrutura pré moldada, cisterna e a grelha foram cotados.

11 - DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Como condição de classificação, poderá (ao) o Senhor Pregoeiro ou a Comissão Permanente de Licitação promover, nos termos do art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93 diligencias que entender necessárias.

São José das Palmeiras, 10 de Junho de 2022.

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

REGINEIA DA SILVA

Secretária de Educação, Cultura e Esportes



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



ANEXO IX
DECLARAÇÃO CONTENDO INFORMAÇÕES:

1 – DA EMPRESA PROPONENTE:

Razão Social _____
Rua _____ nº _____
Bairro _____ CEP _____
Cidade _____ Estado _____
CNPJ nº _____
Banco _____ Agência _____ Conta Corrente nº _____
Inscrição Estadual nº _____ Inscrição Municipal/ISS (alvará) nº _____
Telefone _____ Fax _____
E-mail _____
Escritório Contábil da empresa _____ Telefone _____

2- DO REPRESENTANTE LEGAL AUTORIZADO PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome _____
Função _____
Data de Nascimento _____ Estado Civil _____
Escolaridade _____ RG nº _____ Órgão emissor _____
CPF _____
Rua _____ nº _____
Bairro _____ Complemento _____ Cidade _____
Estado _____ CEP _____ Telefone _____
Fax _____ Celular _____ E-mail _____

Local e data ____/____/____

Assinatura e Identificação do
Responsável Legal e da Empresa



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



ANEXO X

DECLARAÇÃO FORMAL DE DISPENSA DE VISITA

O responsável técnico da (inserir o nome da proponente) Sr. (a) *(inserir o nome do representante)*, devidamente habilitado junto ao CREA/CAU, **DECLARA** que renuncia à Visita Técnica aos locais e/ou instalações do objeto licitado, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas e/ou financeira para com a Contratante.

Por ser verdade, firma (mos) a presente declaração.

Local, em ____ de _____ de 2022.

(assinatura do representante legal da proponente)

(assinatura do Responsável Técnico)



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



ANEXO XI

DECLARAÇÃO QUE A EMPRESA NÃO POSSUI EM SEU QUADRO SOCIETÁRIO SERVIDOR PÚBLICO DA ATIVA, OU EMPREGADO DE EMPRESA PÚBLICA OU DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA.

A
Comissão Permanente
Município de São José das Palmeiras – PR
Ref. Tomada de Preços nº 05/2022.

Declaro para os devidos fins de direito e sob as penas da Lei, em atendimento às normas vigentes, que a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, com sede _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, participante da licitação para fornecimento/execução do objeto do TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2022, não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, tampouco sócio cotista ou dirigente que seja cônjuge, companheiro, parente em linha reta ou colateral, consanguíneo ou afim de servidor em cargo efetivo ou em comissão na entidade licitante.

_____, _____ de _____ de 2022.

(carimbo CNPJ, nome e assinatura do responsável legal)

(carteira de identidade número e órgão emissor)



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

40

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS/PR

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 053/2022.

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2022

TIPO: MENOR PREÇO – REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestar serviços de execução na construção de 01(um) barracão de 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados) destinados a quadra coberta, localizado na rua Francisco Ângelo Nº 986 – Escola Municipal Regente Feijó, São José das Palmeiras Pr, conforme projeto, cronograma, memorial descrito e orçamento.

Recebimento dos envelopes habilitação/propostas: **19/08/2022**, às 09:00 (nove) horas.

O Edital e seus anexos poderão ser examinados no endereço da prefeitura municipal de São José das Palmeiras, sito a Rua Marechal Castelo Branco, 979 – centro, no horário comercial, ou solicitada através do e-mail pmsjpalmeiras@gmail.com. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser encaminhados à Comissão de Licitação no endereço ou e-mail acima mencionados – telefone (45) 3259-1150.

São José das Palmeiras, 02 de Agosto de 2022.

NELTON BRUM

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2ª
AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PROCESSO DE REVISÃO DO
PLANO DIRETOR

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito Municipal de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, o Sr. Nilton Brum, invocando os princípios da transparência e da publicidade que reagem a administração Pública, Torna público e convida a população em geral para a 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do processo de revisão do Plano Diretor, que será realizada no dia 16 de Agosto de 2022, às 18:30hrs, nas dependências da Câmara Municipal de São José das Palmeiras – PR, Rua Marechal Castelo Branco, Nº 995, São José das Palmeiras – PR, visando a seguinte pauta:

•Análise da realidade Municipal (leitura da cidade) – Revisão do Plano Diretor Municipal

Atenciosamente,

NELTON BRUM
 Prefeito Municipal

Publicado por:
 Fernanda Souza Pereira
Código Identificador:E827B0D1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
1º EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º
096/2021 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 049/2021

1º EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº
096/2021- SJP
PREGAO PRESENCIAL Nº 049/2021

Objeto: a aquisição de cestas básicas, para atender o plano de assistência social do município de São José das Palmeiras – PR (conf. Lei Municipal nº 604/2017 de 09 de novembro de 2017, Lei Municipal nº 619/2018 de 08 de novembro de 2018.

Contratante: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS.

Contratado: CLEVES MARTINS TOSTA - CONFECCOES

Fundamento: ART. 65, II, 'd' da Lei 8.666/93.

Altera a Clausula Terceira Do preço, condições de pagamento, que passa de R\$ 204.000,00 (duzentos e quatro mil reais) , para R\$ 229.000,00(Duzentos e vinte e nove mil reais) até término do contrato.

São José das Palmeiras/PR, 02 de Agosto de 2022.

NELTON BRUM
 Prefeito Municipal

Publicado por:
 Fernanda Souza Pereira
Código Identificador:1454C521

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO N.º
053/2022 - EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 005/2022

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 053/2022.
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2022

TIPO: MENOR PREÇO – REGIME DE EXECUÇÃO:
EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestar serviços de execução na construção de 01(um) barracão de 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados) destinados a quadra coberta, localizado na rua Francisco Ângelo Nº 986 – Escola Municipal Regente Feijó, São José das Palmeiras Pr, conforme projeto, cronograma, memorial descrito e orçamento.

Recebimento dos envelopes habilitação/propostas: 19/08/2022, às 09:00 (nove) horas.

O Edital e seus anexos poderão ser examinados no endereço da prefeitura municipal de São José das Palmeiras, sito a Rua Marechal Castelo Branco, 979 – centro, no horário comercial, ou solicitada através do e-mail pmsjpalmeiras@gmail.com. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser encaminhados à Comissão de Licitação no endereço ou e-mail acima mencionados – telefone (45) 3259-1150.

São José das Palmeiras, 02 de Agosto de 2022.

NELTON BRUM
 Prefeito Municipal

Publicado por:
 Fernanda Souza Pereira
Código Identificador:A9946757

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 115/2022 - CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR
MUNICIPAL

PORTARIA Nº 115/2022
 DATA: 02 de agosto de 2022

SÚMULA: Concede férias para servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal 670/2022,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder 20 dias de férias regulamentares ao servidor público municipal Senhor SERGIO GOMES, matricula funcional 6134-1, ocupante do cargo de provimento em comissão de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE.

Paragrafo único – As férias referem-se ao período aquisitivo de 10/03/2021 a 09/03/2022, com direito ao gozo no período de 02/08/2022 a 21/08/2022

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José das Palmeiras, Estado do Paraná em 02 de agosto de 2022.

NELTON BRUM
 Prefeito Municipal

Publicado por:
 Fernanda Souza Pereira
Código Identificador:225454FF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 117/2022 - CONCEDE ADICIONAL DE
INSALUBRIDADE AO SERVIDOR WESLEY MARTIN ALVES

PORTARIA Nº 117/2022
 DATA: 02 de agosto de 2022

SÚMULA: Concede Adicional de Insalubridade a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal 669/2022, subseção IV,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder Adicional de Insalubridade ao servidor público municipal WESLEY MARTIN ALVES, ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, matricula 6164-1, na ordem de 20% (vinte por centos).

CONTINUAÇÃO DA PAGINA ANTERIOR

167628	PAULO SÉRGIO BARRETO DA SILVA	57	60	58.50	52	MOTORISTA DE CAMINHÃO	13/10/1987	9	12	8	28
167638	CLAUDENIR MARQUES DE CASTRO	66	50	57.50	53	MOTORISTA DE CAMINHÃO	28/10/1983	9	6	10	40
173390	DEUSDETE FRANCILINO DE MORAES	66	50	57.50	54	MOTORISTA DE CAMINHÃO	26/07/1966	9	12	8	36
172936	SILZIO ALFREDO RAUBER	63	50	56.50	55	MOTORISTA DE CAMINHÃO	12/10/1974	6	15	10	32
167545	ARLINDO ALVES FERREIRA	61	50	55.50	56	MOTORISTA DE CAMINHÃO	02/09/1983	9	12	8	32
167452	JOSE ALVES DE SOUZA	51	50	50.50	57	MOTORISTA DE CAMINHÃO	29/05/1978	6	3	10	32
168267	ADENILSON DONIZETE MORAES	76	97.50	86.75	1	OPERADOR DE MÁQUINAS I	23/04/1972	12	12	8	44
166793	ADALBERTO CARNEIRO DA SILVA	67	88.25	77.63	2	OPERADOR DE MÁQUINAS I	26/01/1979	12	9	10	36
173439	FABIO AFONSO SANTANA	57	66.25	61.63	3	OPERADOR DE MÁQUINAS I	11/09/1989	9	12	4	32
167244	DOUGLAS JOSE PAULI	89	85	87	1	OPERADOR DE MÁQUINAS II	06/08/1992	12	15	10	52
173513	CLEITON DE OLIVEIRA RODRIGUES	80	88.75	84.38	2	OPERADOR DE MÁQUINAS II	27/03/1993	9	9	10	52
168422	BRUNO CESAR RIBEIRO	70	90	80	3	OPERADOR DE MÁQUINAS II	31/12/1988	9	15	10	36
167442	JOSIMAR BURATO	61	89.50	75.25	4	OPERADOR DE MÁQUINAS II	30/09/1988	3	6	8	44
173576	JOÃO WAGNER RIBEIRO	86	53.75	69.88	5	OPERADOR DE MÁQUINAS II	06/12/1984	15	15	8	48
166948	FABIO CAMPOS RIBEIRO	54	85.75	69.88	6	OPERADOR DE MÁQUINAS II	19/12/1985	6	6	10	32
171245	MACON NUNES REIS	75	63.75	69.38	7	OPERADOR DE MÁQUINAS II	03/01/1993	12	3	8	52
167800	EVERTON PEREIRA FERREIRA	78	53.75	65.88	8	OPERADOR DE MÁQUINAS II	30/04/1989	12	12	10	44
168026	JACKSON DE OLIVEIRA	51	72.50	61.75	9	OPERADOR DE MÁQUINAS II	06/05/1993	9	6	8	28
168383	ELIEL OLIVEIRA DA SILVA	52	53.50	51.25	10	OPERADOR DE MÁQUINAS II	23/08/1984	9	9	10	24
173792	REINALDO APARECIDO PEREIRA	74	74	74	1	OPERADOR DE USINA II	06/01/2001	12	12	6	44
168849	DAVID APARECIDO PEREIRA	74	74	74	2	OPERADOR DE USINA II	11/06/1987	9	15	10	40
173007	MATEUS PAULI	71	71	71	3	OPERADOR DE USINA II	19/05/1990	12	9	10	40
172225	PAULO ANDREY HOFFMANN	70	70	70	4	OPERADOR DE USINA II	11/04/1995	6	12	8	44
167266	CELO RIBEIRA PEREIRA	70	70	70	5	OPERADOR DE USINA II	22/11/1993	15	9	10	36
168265	JOSE PEREIRA PIRES	67	67	67	6	OPERADOR DE USINA II	05/03/1987	12	15	8	32
173738	SEBASTIÃO GILBERTO DOS SANTOS	62	62	7	OPERADOR DE USINA II	29/13/1987	9	15	10	28	
167643	LEANDRO FIGUEIREDO LIMA	59	59	8	OPERADOR DE USINA II	11/08/1986	9	12	10	28	
171103	SERGIO CONSTANTINO CEREIM	59	59	9	OPERADOR DE USINA II	22/12/1971	6	15	10	28	
167100	ALEXANDRO LIMA PAZ	57	57	10	OPERADOR DE USINA II	23/07/1993	9	12	8	28	
167096	MARCELO DE FREITAS	89	89	1	PEDREIRO	21/08/1977	12	15	10	52	
166905	EDSON LUIZ DE OLIVEIRA LUSCO	82	82	2	PEDREIRO	29/13/1981	12	12	10	48	
168619	FABIO AVELANEDA DE ARAUJO	78	78	3	PEDREIRO	11/11/1972	9	9	8	52	
172568	ERONDI SOARES MACHADO	78	78	4	PEDREIRO	30/09/1966	12	12	10	44	
172904	ELIAS OLIVEIRA APRES DOS SANTOS	74	74	5	PEDREIRO	04/12/2000	9	15	10	40	
172501	SERGIO JOSE PADILHA	72	72	6	PEDREIRO	22/12/1971	6	12	10	44	
167215	SONEI LIMA GOUVEIA	71	71	7	PEDREIRO	17/04/1985	9	12	10	40	
171548	FABIO CORREA DE ALMEIDA	64	64	8	PEDREIRO	29/12/1986	9	15	8	32	
171562	AMARILDO VIEIRA	62	62	9	PEDREIRO	12/03/1979	9	9	8	36	
167448	ROMALDO GONÇALO	58	58	10	PEDREIRO	17/11/1960	3	9	10	36	
168532	IVELINO JESUS MACHADO	57	57	11	PEDREIRO	19/07/1983	9	12	8	28	
171554	OSVALDO MARTINS DE OLIVEIRA	56	56	12	PEDREIRO	12/05/1985	9	9	6	32	
172571	ADRIANO PAULO DE OLIVEIRA	77	77	1	PINTOR	21/02/1988	12	15	10	40	
172449	PAULO RODRIGO JULIO	77	77	2	PINTOR	15/04/1994	12	15	10	40	
172591	ANDERSON NAIVARO LINS	76	76	3	PINTOR	16/04/1977	15	15	10	36	
168164	ALLAN PATRICK PERRY	74	74	4	PINTOR	09/01/1998	12	12	10	40	
170764	VALDIR MARCOS BLON	74	74	5	PINTOR	15/03/1978	9	15	10	40	
172595	LEILA MARIA JUCOSKI MONTEIRO	69	69	6	PINTOR	28/01/1970	9	12	8	40	
171231	DARLON CENENARO	69	69	7	PINTOR	10/07/1986	9	12	8	40	
167008	SAMUEL ALVES RIBEIRO	65	65	8	PINTOR	29/11/1984	9	12	8	36	
167272	YADUE GABRIEL TRINDADE GUEIR	64	64	9	PINTOR	23/06/2001	9	9	10	36	
169992	FABIO LEANDRO ZANFERRI	63	63	10	PINTOR	21/05/1991	12	9	6	36	
167606	ANTONIO ROBERTO	61	61	11	PINTOR	02/09/1974	9	12	8	32	
167565	ALBERTO MATEUS ROQUE SEIBERT	60	60	12	PINTOR	22/08/1994	9	15	8	28	
167378	DESSAS FERREIRA DE SOUZA	54	54	13	PINTOR	24/07/1978	9	9	8	28	
173441	SONEI ERONI MAJER	52	52	14	PINTOR	15/04/1973	9	3	8	52	
171101	SALER SAMILO VERHEI	90	90	1	SERVENTE DE OBRAS	02/11/1993	9	15	10	36	
170676	OLIMAR GONÇALVES DE SOUZA	87	87	2	SERVENTE DE OBRAS	11/01/1978	9	12	10	56	
168842	RICARDO ANTONIO DUARTE	84	84	3	SERVENTE DE OBRAS	14/03/1963	9	15	8	52	
171273	SALVO SANDRI	82	82	4	SERVENTE DE OBRAS	27/08/1971	12	12	10	48	
168879	WILSON DA SILVA	79	79	5	SERVENTE DE OBRAS	30/03/1985	9	12	10	48	
171377	RAFAEL WAGNER DA SILVA	78	78	6	SERVENTE DE OBRAS	03/08/1990	9	15	10	44	

167186	EMERSON LUIZ PAREDES	74	74	7	SERVENTE DE OBRAS	14/03/1984	9	15	10	40
170646	FELIPE MATEUS NUNES BARTZ	74	74	8	SERVENTE DE OBRAS	02/09/1997	9	15	10	40
167079	AMILTON LEITE MORAIS	73	73	9	SERVENTE DE OBRAS	28/09/1969	12	9	8	44
167395	VOLMEI LEANDRO STEVENS	71	71	10	SERVENTE DE OBRAS	07/12/1976	9	12	10	40
173497	RODRIGO JACINTO GARCIA	67	67	11	SERVENTE DE OBRAS	11/12/1992	12	15	8	32
173176	LUIZ CARLOS PEREIRA FERNANDES	64	64	12	SERVENTE DE OBRAS	27/07/1982	9	9	10	36
166882	ERIC JOSE MORAIS DA SILVA	60	60	13	SERVENTE DE OBRAS	05/02/2001	6	6	4	44
171378	DELSON BORGHA	60	60	14	SERVENTE DE OBRAS	04/02/1985	3	9	8	40
166896	FABIO AUGUSTO NICOLAU FERREIRA	59	59	15	SERVENTE DE OBRAS	06/10/1997	9	6	4	40
167312	GILMAR DOS SANTOS VENTURA	59	59	16	SERVENTE DE OBRAS	10/12/1977	6	3	10	40
167259	ORIVAL ANTUNES	58	58	17	SERVENTE DE OBRAS	04/07/1979	9	3	10	36
166906	ANDERSON FELIPE DELFINO BERSCHNICK	50	50	18	SERVENTE DE OBRAS	11/08/2001	9	9	8	24
167060	LUCIANO DOS SANTOS	86	86	1	SERVIÇOS GERAIS	30/12/1984	9	15	10	52
168342	LIANA RODRIGUES FARIAS	86	86	2	SERVIÇOS GERAIS	03/09/1997	9	15	10	52
171604	ANGELA PEREIRA DA SILVA	83	83	3	SERVIÇOS GERAIS	05/10/1977	12	15	8	48
167231	MARIA ROZENILDA DE LIMA	79	79	4	SERVIÇOS GERAIS	13/03/1978	12	9	10	48
172251	ADRIANA DE LIMA	75	75	5	SERVIÇOS GERAIS	08/08/1974	9	6	8	52
167058	FABIANA CRISTINA PODANOWSKI DOS SANTOS	75	75	6	SERVIÇOS GERAIS	08/02/1993	9	12	10	52
168595	EMANUEL GONÇALVES DOS SANTOS	74	74	7	SERVIÇOS GERAIS	08/04/2004	6	12	4	52
167537	JUCILEIA REGINA ALVES	74	74	8	SERVIÇOS GERAIS	01/08/1985	12	12	6	44
172757	ADALOR LAMEU DE BRITTO	71	71	9	SERVIÇOS GERAIS	17/08/1965	6	15	6	44
166938	JOSIANE APARECIDA NOLEIR	68	68	10	SERVIÇOS GERAIS	27/11/1992	9	9	10	40
167081	ROBERTO GERALDO DA SILVEIRA	68	68	11	SERVIÇOS GERAIS	18/12/1969	6	12	10	40
166893	ELIANE DA SILVA DOMINGUES	66	66	12	SERVIÇOS GERAIS	19/05/1986	9	9	8	40
166889	CIBELE CRISTINA PARONI	65	65	13	SERVIÇOS GERAIS	25/10/1975	9	12	8	36
173088	FRANCISCA DOS SANTOS ALMEIDA	65	65	14	SERVIÇOS GERAIS	28/08/2000	9	12	8	36
172801	ANA PAULA CHRIST RODRIGUES	64	64	15	SERVIÇOS GERAIS	29/09/1995	3	9	8	40
173258	VITOR LUIZ GEBLEN	64	64	16	SERVIÇOS GERAIS	26/01/1962	6	12	6	40
168906	VETE MENEGON	64	64	17	SERVIÇOS GERAIS	30/09/1970	12	6	10	36
173232	TEREZINHA KARKOSKI WALDINO	64	64	18	SERVIÇOS GERAIS	25/05/1970	9	9	10	36
168681	ELIANE DA SILVA DOMINGUES	63	63	19	SERVIÇOS GERAIS	13/02/1983	9	0	10	44
166918	DELAINE VITAL MOREIRA	62	62	20	SERVIÇOS GERAIS	18/03/1985	9	9	8	36
172157	JOAO LUIZ BRESSAN	59	59	21	SERVIÇOS GERAIS	01/10/1969	6	9	8	36
172447	CLENI BRAZ DA SILVA	58	58	22	SERVIÇOS GERAIS	19/05/1975	6	6	6	44
166811	MARCOS MACHADO DA SILVA	58	58	23	SERVIÇOS GERAIS	08/06/2001	6	12	8	32
172602	LENIR DA SILVA MOTA	57	57	24	SERVIÇOS GERAIS	24/06/1968	9	6	10	32
171534	MARCIA CONCEIÇÃO DE LIMA	55	55	25	SERVIÇOS GERAIS	30/09/1974	6	3	10	36
166940	GUSTAVO MIGUEL PEREIRA	54	54	26	SERVIÇOS GERAIS	11/08/1997	9	9	8	28
173367	JOSIANE LEITE SEVERO	53	53	27	SERVIÇOS GERAIS	08/01/1998	9	6	6	32
172519	ANDREA SIMONE DE ALMEIDA	51	51	28	SERVIÇOS GERAIS	17/09/1983	9	6	8	28
167357	EDVALDO APARECIDO PEREIRA	51	51	29	SERVIÇOS GERAIS	18/02/1975	9	12	10	20
167453	MARCELO CORDERO ARAUJO	63	63	1	TECNICO EM SEGURANCA DO TRABALHO	14/02/1998	12	12	6	33
167206	ROSENI TEREZINHA RODRIGUES	52	52	2	TECNICO EM SEGURANCA DO TRABALHO	24/12/1980	8	14	6	24
171202	ANNA PAULA RAMUNDI DOS SANTOS	51	51	3	TECNICO EM SEGURANCA DO TRABALHO	16/12/1983	12	6	12	21
167219	IVAN ROMALO GROSSO	84	84	1	TOPOGRAFO	23/05/1986	10	14	12	48
172207	MAYARA SANTOS SOUZA DITO	73	73	2	TOPOGRAFO	09/12/1994	10	14	10	39
168612	ANDRE DE SOUZA DEROCI	72	72	3	TOPOGRAFO	33/08/1981	12	14	10	36
166821	FRANIELI DE VARGAS	71	71	4	TOPOGRAFO	20/03/1994	10	12	10	39
167588	ELISA KRACKE	64	64	5	TOPOGRAFO	14/10/1999	12	14	8	30
170241	MARLON HENRIQUE FERREIRA ZANELA	64	64	6	TOPOGRAFO	15/02/1995	10	14	10	30
173827	JONAS DE CARLI THIEL	60	60	7	TOPOGRAFO	18/06/1989	10	14	12	24
173064	FRANCISCO LOPES FERREIRA	58	58	8	TOPOGRAFO	21/09/1977	12	12	10	24
166887	LEONARDO WANDER KNOPPA DA CRUZ	51	51	9	TOPOGRAFO	28/08/1990	10	14	6	21

EDITAL PESSOA COM DEFICIENCIA FISICA - PCD
CONCURSO PARA EMPREGO PUBLICO

INSC	NOME	PG	RACIA	CLASS	CARGO	NASC	LP	MT	GS	CE
167270	MAYARA MICOVANSKI	77	77	1	ESCRITURARIO	10/03/1993	12	14	12	39
170133	EDILSON VITAL PEREIRA	65	65	2	ESCRITURARIO	25/04/1967	8	5	10	39
171361	MARCO AURELIO CARNEIRO MESSIAS	62	62	3	ESCRITURARIO	26/04/1978	10	6	10	39
169719	RENAN SCHONINGER ALTISSIMO	62	62	4	ESCRITURARIO	30/03/1991	8	12	6	36
167479	DEISY APARECIDA SOARES DE AMORIM	60	60	5	ESCRITURARIO	19/11/1993	8	6	10	36
172850	OLIVIA BECKER PRESTES	60	60	6	ESCRITURARIO	23/12/1988	8	8	8	36
169922	ALEX DE ANDRADE SILVA	59	59	7	ESCRITURARIO	17/02/1982	8	10	8	33
INSC:	Numero da inscricao			CARGO:	Cargo					
NOME:	Nome do candidato			NASC:	Data de nascimento					
PG:	Nota na prova objetiva			LP:	Nota na prova de lingua portuguesa					
PP:	Nota na prova pratica			MT:	Nota na prova de matematica					
FINAL:	Nota final			CG:	Nota na prova de conhecimentos gerais					
CLASS:	Classificacao			CE:	Nota na prova de conhecimentos especificos					